

## MANDEL E AS CRISES ECONÔMICAS

### Resumo

O artigo realiza uma resenha crítica da teoria marxista das crises econômicas de Ernest Mandel. Destacando o caráter pluricausal dessa teoria, a perspectiva ontológica a ela subjacente, e a proximidade com a construção do próprio Marx na interpretação das crises econômicas cíclicas de superprodução das economias capitalistas.

**Palavras-chave:** Crise econômica; Marx; Mandel.

**Classificação JEL:** B24, B51.

### Abstract

The paper develops a critical summary of the Marxist theory of economic crises advanced by Ernest Mandel. It emphasises the pluricausal nature of this theory, the ontological perspective inherent in it, and its closeness to Marx' own interpretation of cyclical economic crises of superproduction of capitalist economies.

**Keywords:** Economic Crises; Marx; Mandel

**PAULO HENRIQUE  
FURTADO DE ARAUJO**

Professor Adjunto da Faculdade de Economia. Membro do NIEP-MARX-UFF.

## I. Introdução

A construção teórica empreendida por Karl Marx, em nosso entendimento, tem por característica distintiva ser uma ontologia materialista da sociabilidade humana.<sup>1</sup> Entretanto, como não poderia deixar de ser, há em Marx um método de pesquisa e de exposição que corresponde ao estatuto ontológico de seu pensamento e não o subverte. Dessa maneira, uma interpretação marxista da categoria crise econômica deve colocar-se de acordo com essa especificidade do método de pesquisa e exposição de Marx.

Na exposição de *O capital*, Marx parte da essência do ser social e caminha para as manifestações fenomênicas, parte de altos níveis de abstração e vai concretizando as categorias abstratas pelo aumento de suas determinações explicativas/constitutivas. Por esse motivo, no Livro I de *O capital*, já estão colocadas as possibilidades formais da crise de superprodução na contradição intrínseca à mercadoria entre valor de uso e valor. Marx inicia sua obra mais importante advertindo que está tratando das sociedades em que domina o modo de produção capitalista e que parte do estudo da mercadoria, posto que a riqueza, nessas sociedades, apresenta-se como uma imensa coleção de mercadorias. Como é amplamente conhecido, a mercadoria, para Marx, atende tanto às necessidades do

estômago quanto às do intelecto, em outras palavras, mercadorias são bens concretos e serviços. E uma coisa para ser mercadoria precisa ser produzida não para o consumo do seu produtor, mas para ser trocada, para ser vendida no mercado. É essa a determinação que põe a contradição intrínseca à mercadoria: o valor intrínseco à mercadoria só se realiza quando da troca da mercadoria por outra mercadoria, da sua venda da mercadoria. Como valor é o trabalho humano abstrato socialmente necessário gasto em média para a fabricação da coisa, e como sua mensuração se dá pelo tempo de trabalho (horas, minutos etc.), a mercadoria não pode expressar por si mesma o seu valor. Ela exige a presença de outra mercadoria para que a expressão se realize.

Além disso, o valor não pode existir sem o valor de uso, em outras palavras, o valor de uso é o portador do valor. Sendo o valor de uso determinado pelo corpo físico da mercadoria e, portanto, pela sua utilidade objetiva. Por conseguinte, o valor de uso da outra mercadoria funciona como o espelho do valor contido no valor de uso da primeira mercadoria.<sup>2</sup> Em resumo: numa relação de troca entre duas mercadorias (e isso é o valor de troca, a expressão do valor da mercadoria no processo de troca de mercadorias), a troca só pode ocorrer porque há algo em comum entre elas que existe para além dos seus valores

de uso. Esse algo em comum é o valor, todavia, o valor da primeira mercadoria só se expressa por meio do corpo físico da segunda mercadoria. Mas somente negando o valor de uso da primeira mercadoria. Dizendo de outra maneira, para o produtor/proprietário da primeira mercadoria relacionada na troca, seu valor de uso não mais lhe interessa, o que lhe interessa é o valor. Assim, na troca há a negação do valor de uso da mercadoria para a afirmação do valor. Para que o valor se expresse, o valor de uso é negado, e essa é a contradição da mercadoria que traz em si a possibilidade formal das crises de superprodução. Pois nada garante que o produtor/proprietário da mercadoria irá encontrar outros produtores/proprietários de mercadorias interessados em estabelecer a troca por sua mercadoria. Essa contradição é deslocada do interior da mercadoria já na forma simples, singular ou acidental do valor e passa na exposição de Marx pelas formas desdobrada do valor, pela forma equivalente geral e chega à forma dinheiro. O dinheiro, portanto, é a solução contingente da contradição inerente à mercadoria, que é ao mesmo tempo fruto do trabalho privado e do trabalho social, valor de uso e valor, dupla determinação que é dada pelo duplo caráter do trabalho no modo de produção capitalista.

A transformação do dinheiro em capital, que na esfera da circulação se apresenta como  $D - M - D'$  (dinheiro – mercadoria – dinheiro a mais;

$D' = D + \Delta D$ ), representa novo deslocamento da contradição inerente à mercadoria, uma resolução transitória da contradição. E, ao mesmo tempo, um passo na concretização da categoria crise econômica. Agora, a possibilidade da crise de superprodução se põe como decorrência intrínseca à lógica do capital que exige a permanente autoexpansão do valor que necessariamente deve apresentar-se contido na forma mercadoria. Esse processo de concretização das categorias, e da categoria crise em particular, é feito por Marx ao longo dos Livros II e III de *O capital*. E Ernest Mandel compreende esse processo e constrói sua interpretação da categoria crise econômica enquanto integração de vários níveis de determinação, enquanto síntese de muitas determinações. Portanto, para ele, as crises não têm uma única causa, não são devidas à queda da taxa de lucro ou à superprodução, mas a esses dois fenômenos acrescidos das lutas de classe. O que configura uma explicação pluricausal das crises.<sup>3</sup>

## **2. Tentativa de um esboço a partir das posições de Mandel**

A palavra crise deriva do grego *Krino, Krinein*. Originalmente, crise dizia respeito ao agravamento de uma situação tencionada, o momento de ruptura, de quebra, o momento crítico. Mas também dizia respeito à possibilidade da escolha, da opção, da realização da separação para se fazer uma opção.<sup>4</sup>

Marx parece utilizar a palavra crise em ambos os sentidos. Para ele crise econômica é o momento da ruptura, da separação dos elementos constituintes do processo de produção (produção e circulação), elementos esses que têm sua unidade interna restabelecida de forma violenta, restabelecendo um “equilíbrio” pré-existente que fora perturbado. Ou seja, crise representa tanto a restauração violenta da unidade dos elementos do processo produtivo que se tornaram independentes quanto a afirmação violenta da independência de elementos que, na verdade, formam uma unidade.<sup>5</sup> Assim, as crises representam a afirmação e a ruptura do “equilíbrio instável” entre oferta e demanda. Mas esse restabelecimento violento do “equilíbrio” é algo momentâneo, pois as contradições que levaram a essa ruptura não podem ser superadas ou apagadas, mas voltarão a manifestar-se em crises posteriores. Marx avalia que as crises econômicas são um fenômeno cíclico e, mais importante, considera que elas são o momento decisivo do ciclo industrial.<sup>6</sup>

Para Marx a superprodução é a causa das crises, e ela aparece de forma cíclica. Mas, conforme Klagsbrunn, a superprodução cíclica

[...] tem por premissa a expansão e dominação da grande indústria como forma predominante de organização da produção. A grande indústria permite um aumento muito rápido da produção quando a taxa de lucro se eleva, em função de vendas crescentes no ciclo. Além disso, à medida

que os elementos constitutivos do capital fixo das indústrias, sobretudo máquinas e equipamentos, passam a ser preponderantemente produzidos em grandes indústrias, o desenvolvimento tecnológico e a melhor organização da produção que as caracterizam permitem a introdução maciça, nos demais ramos de produção, de máquinas que tendencialmente exigem um menor emprego relativo de força de trabalho no processo de produção. (Klagsbrunn, 1991, p. 9-10)

O menor emprego relativo de força de trabalho, devido a máquinas mais produtivas, contribui para a formação do exército industrial de reserva. Assim, o capitalismo reproduz, no seu desenvolvimento, as condições necessárias de sua reprodução e produz trabalhadores em excesso de forma a superar as limitações à sua reprodução postas pelo mercado de trabalho. Por esses motivos é que o ciclo é adjetivado de industrial, conforme Klagsbrunn:

O ciclo industrial é a forma de evolução própria no capitalismo, no qual predomina a grande indústria. No capitalismo plenamente formado a grande indústria predomina no setor industrial e este passa a ser o setor dominante de toda a economia. Com isso, o ciclo industrial passa a ser a forma de evolução própria de toda a sociedade. Com o desenvolvimento do capitalismo generaliza-se e aprofunda-se a interdependência entre os diferentes ramos de produção industrial. Deste modo, torna-se mais difícil que ramos isolados não sejam afetados pela conjuntura geral, acentuando-se assim o caráter generalizante do movimento cíclico da economia, a partir da indústria,

embora sempre algum ramo de produção, por especificidades conjunturais em seu mercado, possa encontra-se em conjuntura diferente da conjuntura geral. O ciclo é um movimento geral da economia manifestado, em cada fase, por um bloco de setores e ramos econômicos importantes. (*ibidem*, p. 11)

Marx defende, em várias passagens de seus escritos, a superprodução como causa última das crises econômicas. O fenômeno da superprodução é intrínseco à lógica do capital, pois esta rege-se pela extração da maior quantidade de mais-valor possível, o que na esfera aparenta surge como obtenção do máximo lucro por parte das personificações do capital. Por essa causalidade, a formação social que melhor permite a expansão do valor não se move no sentido mera satisfação das necessidades dos homens que produzem valor e valor de uso. Ao contrário, essa satisfação das necessidades do estômago e do intelecto está subordinada à produção e à realização de valor e mais-valor e não do valor de uso. A lógica do capital exige sua permanente autoexpansão, contudo, essa expansão não ocorre de forma retilínea, linear. Ela é interrompida por várias contradições que, por sua vez, são a própria manifestação da crise econômica, de tal forma que a expansão do valor se afirma nas próprias crises. E aqui há uma pista do motivo pelo qual ocorre superprodução de mercadorias ao mesmo tempo em que milhões de seres humanos carecem dessas

mercadorias superabundantes. A questão é que os indivíduos não são capazes de comprar essas mercadorias pelo preço de mercado, preço esse que é capaz de confirmar o mais-valor contido nessas mercadorias. Ou dizendo de outra maneira: o capitalismo leva ao desenvolvimento espetacular das forças produtivas do trabalho, o que possibilita a produção de uma quantidade pletórica de mercadorias e essas não encontram demanda solvável no mercado. Por isso, na crise, as personificações do capital não conseguem vender suas mercadorias por seus preços de produção e não realizam o lucro médio esperado (e que havia orientado suas decisões de produção que levaram ao processo pletórico).

No momento em que se manifesta a superprodução, o capitalista só consegue realizar parte das mercadorias produzidas, ou parte do valor contido em sua mercadoria, o que resulta em aceitar uma taxa de lucro inferior à antiga taxa de lucro esperada. Ou seja, ele terá que vender suas mercadorias por um preço inferior ao esperado. Com isso ele é levado a reduzir sua produção corrente, reduzir suas encomendas, o que leva ao aumento dos seus estoques, iniciando o que Mandel (1990, p. 212) chama de momento cumulativo de crise: redução do emprego, da renda, da demanda global, dos investimentos etc. Esse movimento cíclico é observado nos dois departamentos fundamentais da economia capitalista: o produtor de meios de produção e o produtor de bens de consumo. Para Mandel (*ibidem*), em

geral as crises parecem iniciar-se pelo departamento produtor de meios de consumo, passando em seguida para o outro setor, mas essa é uma evidência empírica, o que não indica um impedimento de que eventualmente elas iniciem pelo departamento produtor de meios de consumo.

Em verdade, não bastaria um aumento dos salários para evitar a superprodução, até porque, na fase do ciclo que antecede a crise, os salários estão nos seus patamares mais elevados. A superprodução expressa a contradição básica do capitalismo, que é o fato de sua lógica intrínseca levar ao desenvolvimento sem limites das forças produtivas, desconhecendo a base material limitada do consumo; ou, dito de outra forma, a contradição entre o desenvolvimento irrefreável das forças produtivas e as relações de produção estabelecidas, fundadas no trabalho assalariado e na extração de mais-valor.<sup>7</sup>

Aqui nos indagamos a respeito do que leva à precipitação da crise de superprodução. Para responder a essa questão é necessário distinguir, conforme propõe Mandel (*ibidem*, p. 211), alguns fatos que facilitam a explicação lógica das crises de superprodução. Portanto, é preciso apontar quais são os fenômenos de aparecimento da crise, distingui-los dos detonadores/catalisadores de cada crise específica, apontar as causas mais profundas da crise e, por fim, revelar qual a função objetiva das crises para a lógica de funcionamento do capital.

O principal fenômeno de aparecimento das crises é a superprodução, que acabamos de tratar acima, a ruptura entre a oferta e a procura solvável que acaba levando à redução das encomendas e da produção das firmas, pois as vendas são insuficientes, e isso dá início ao movimento cumulativo da crise (redução do nível de emprego, redução do nível de renda, dos investimentos, da produção, das encomendas, o que acaba por iniciar uma nova espiral de redução do nível de emprego, de renda, dos investimentos). O detonador/catalisador da crise é o fato que precipita a crise, que deflagra o processo cumulativo da crise. Mas, para que o detonador cumpra seu papel de catalisador, é preciso que toda uma série de pré-condições componentes de uma situação de crise estejam presentes na conjuntura, pré-condições essas que não têm ligação direta com o detonador, assim ele não é a causa da crise.

Conforme Mandel (*ibidem*, p. 212), o detonador da crise de superprodução pode ser um acontecimento qualquer como a quebra de um grande banco, de uma grande empresa, a redução da demanda pelas mercadorias de um setor importante da economia mundial ou nacional, a falta de uma determinada matéria-prima de grande importância para os principais setores da economia etc. Mais uma vez, o detonador não é a causa última da crise, e para que um acontecimento como a quebra de um grande banco torne-se o detonador da crise de superprodução,

é preciso que essa quebra ocorra no final da fase de prosperidade ou de ativação excessiva. Se ocorresse no início o fato não traria maiores consequências para o conjunto da economia. O detonador contribui ainda para dar as características de cada crise, pois cada crise é única, tem suas próprias particularidades, ele vai diferenciar as formas de aparição de cada uma.

A função objetiva das crises de superprodução, conforme Mandel (1985b, 1990), liga-se à afirmação da lei do valor. Pois a economia capitalista funciona tendo por base a lei do valor, segundo a qual cada mercadoria será trocada no mercado por outra de valor equivalente ao seu. Assim, a crise de superprodução é a forma através da qual a lei do valor se afirma, apesar da concorrência intercapitalista e dos monopólios/oligopólios. Isso se passa da seguinte forma para Mandel (1990, p. 212pp.): no início de cada ciclo industrial, na vitalidade média da prosperidade, ocorrem modificações no processo produtivo no sentido de racionalizá-lo, de introduzir inovações (associadas principalmente, mas não somente, ao progresso técnico) que elevem a força produtiva do trabalho. O progresso técnico sob a lógica do capital está associado, em geral, à economia de força de trabalho, o que leva à redução do custo unitário das novas mercadorias produzidas sob essas novas condições. Os capitalistas que conseguirem essa redução do valor unitário de suas mercadorias podem então extrair mais-valor extra, desfrutar dos superlucros, pois têm

custos menores que os concorrentes e vendem por um preço próximo aos destes.

Dessa maneira, a extração do mais-valor extra é uma forma de “violar” temporariamente a lei do valor (logo essa inovação é imitada pela concorrência), pois o capitalista em questão produz suas mercadorias com um valor abaixo da média social praticada pelos seus concorrentes. Contudo, isso só pode acontecer até a fase de ativação excessiva, pois assim que entramos na conjuntura de crise de superprodução, na qual há redução de vendas, ruptura entre oferta e procura, redução das encomendas, formação involuntária de estoques etc. e redução de preços, essa redução de preços impõe os novos valores das firmas com maior produtividade como os preços dominantes no mercado, de modo a reduzir os preços médios do mercado. Ou seja, o mercado se estreita e inviabiliza a continuidade do funcionamento das firmas menos produtivas que têm uma quantidade de trabalho contida em suas mercadorias acima do que é agora socialmente necessário. O estreitamento do mercado provoca perda generalizada de lucros, destruição de valores e destruição física de capital constante, incorporação de empresas ineficientes pelas mais eficientes, concentração e centralização de capital. O que vai acabar restabelecendo as condições de um novo ciclo industrial.

Mandel (1985a, 1985b e 1990) interpreta que, para Marx, a renovação do capital constante fixo

poderia ajudar na explicação da periodicidade dos ciclos industriais, não no sentido de que dariam origem às flutuações conjunturais, pois na verdade seriam o resultado dessas flutuações. Essa renovação que ocorreria com maior intensidade no período médio da fase de prosperidade, e que não costuma acompanhar a duração física do capital constante fixo, mas a duração moral, seria função “das condições de rentabilidade, das previsões de expansão do mercado, do ritmo de inovação tecnológica a mais longo prazo”. (Mandel, 1990, p. 213) Portanto, a renovação do capital constante fixo, para Mandel, é resultado das flutuações conjunturais e, ao mesmo tempo, contribuem para reproduzi-las e ampliá-las.

Entendemos que a contribuição mais relevante de Mandel para o entendimento da categoria crise econômica é o fato dele apontar como causas mais profundas da crise a superprodução e a queda da taxa de lucro. Pois essa posição se põe no interior da compreensão ontológica materialista do ser social, ainda que o autor em questão não tenha clareza quanto a isso. A perspectiva de Mandel permite a recuperação da categoria crise econômica nos vários níveis de abstração e ao longo do processo de concretização/aumento do grau de determinações em que é tratada a categoria crise econômica em *O capital*. Para Mandel, a superprodução e a queda da taxa de lucro determinam-se reciprocamente, estão entrelaçadas, sendo que o fenômeno fundamental das crises é a superprodução – e Marx afirma

em vários momentos, como já o dissemos, que a causa da crise é a superprodução. Essa forma de compreensão das crises é chamada por Mandel de explicação pluricausal e permite a integração da multiplicidade de fatores que atuam nas conjunturas de crise e no desenrolar do ciclo, abrindo espaço inclusive para a intervenção das lutas de classe na determinação dos resultados da esfera do econômico.

Portanto, para Mandel, as crises tanto expressam a superprodução de mercadorias como a tendência à queda da taxa de lucro, que se manifesta na variação do lucro médio ao longo do ciclo, sendo que ao longo dos ciclos configura-se uma redução dessa taxa de lucro médio global. Para ele, os ciclos são os mecanismos através dos quais ocorrem a queda tendencial da taxa de lucro e atuam as possibilidades de superação temporária dessa queda:

El movimiento cíclico del capital sólo es, pues, el mecanismo a través del cual se realiza la caída tendencial de la tasa media de ganancia. Al mismo tiempo, constituye también la reacción del sistema contra esta caída, por la desvalorización del capital en la crisis. Las crisis permiten adaptar periódicamente la cantidad de trabajo efectivamente gastado en la producción de mercancías a la cantidad de trabajo socialmente necesario, el valor individual de las mercancías al valor determinado socialmente, la plusvalía contenida en esas mercancías a la tasa media de ganancia. Como la producción capitalista no es una producción conscientemente planifica-

da y organizada, estos ajustes no se producen a priori, sino a posteriori. De ahí que necesiten sacudidas violentas, la destrucción de millares de existencias y de enormes volúmenes de valores y riquezas creados. (Mandel, 1977, p. 324)

Com isso transparece que, para Mandel, a tendência à queda da taxa de lucro manifesta-se de forma cíclica:

A largo plazo, la tendencia de la tasa de media de ganancia es una tendencia a la baja. Pero ésta no se efectúa en forma rectilínea. Sólo se impone a través de ajustes y alzas periódicos, en un movimiento cíclico [...]. Este movimiento cíclico puede caracterizarse someramente en sus fases principales por el movimiento de la tasa media de ganancia. (*ibidem*)

Uma objeção possível de ser feita às posições de Mandel é a formulada por Itoh: “o caráter cíclico das crises dificilmente pode ser explicado por isto [pela tendência à queda da taxa de lucro], porque esta não é uma tendência cíclica, mas um movimento que se impõe apenas como tendência”. (Itoh *apud* Klagsbrunn, 1991a, p. 24)<sup>8</sup>

Em primeiro lugar, não nos parece que Mandel tente explicar o caráter cíclico das crises pela tendência à queda da taxa de lucro, ao menos não de maneira direta, mecânica, com um encadeamento linear do tipo: “queda da taxa de lucro/redução dos investimentos/redução do emprego/redução das rendas/crise de superprodução”. (Mandel, 1990, p. 211) Mas para explicar esse caráter cíclico das crises, Mandel toma em consideração uma

série de fatos e categorias econômicas que fazem parte tanto da esfera da produção quanto da circulação, e integra em sua explicação as lutas de classe.<sup>9</sup> Em seguida, veremos como ele encandeia essas categorias, mas antes é relevante ressaltar que Altvater tem uma posição diferente de Itoh nesse particular, pois ele defende que as leis de tendência do modo de produção capitalista não se manifestam através de um “*trend* [tendência] linear, mas implicam um movimento cíclico”. (Altvater, 1987, p. 90-91) Esse princípio é exemplificado, segundo ele, por Marx ao descrever no Livro III de *O capital* a lei da queda tendencial da taxa de lucro e suas consequências. Assim, “a lei [da tendência à queda da taxa de lucro] não se expressa de forma pura devido à presença de causas antagonicas, apresentando-se, antes, como uma *tendência*. Em razão das *contradições* inscritas nesta tendência, ela não pode manifestar-se como o *trend* [tendência] linear, mas só como *movimento cíclico*”. (*ibidem*, p. 91, nota 38)

Por fim, ressalta Mandel, Itoh parece estar preso a “uma dicotomia imaginária: ou a teoria da superacumulação<sup>10</sup> ou teoria da superprodução” (1990, p. 211, nota 170), enquanto Mandel (1985b, 1990) defende a complementariedade entre a crise de superacumulação e a crise de superprodução. De modo mais preciso, Mandel (1985b, p. 201) defende que elementos de uma teoria correta das crises capitalistas estão contidos nas três explicações monocausais mais difundidas: desproporção entre os departamentos econômicos,

subconsumo e superacumulação. Todavia, no que diz respeito à superacumulação, Mandel entende que o argumento dos partidários da teoria das crises devido à superacumulação contém a ideia de que enquanto a acumulação de capital evolui sem interrupções, o consumo final cresce automaticamente devido ao emprego de mais trabalhadores com salários maiores, assim como o consumo improdutivo de parte do mais-valor continua a crescer. Somente com a queda da taxa de lucro reduzindo a acumulação é que leva à formação de estoques indesejados de bens de consumo. Mandel assinala que a primeira parte do argumento é correta, contudo a conclusão não se verifica necessariamente. Diz ele:

Lo único que este análisis prueba es que el consumo (es decir, la realización de plusvalor en el sector II) crece mientras crece la acumulación. Pero no prueba que el consumo crezca *en la misma proporción* que la capacidad productiva del sector II. En realidad, el funcionamiento combinado de la creciente composición orgánica del capital en el sector II y el aumento en la tasa de plusvalor en el conjunto de la economía hace bastante probable que (al menos periódicamente) el consumo, aun cuando crece, crezca menos que la capacidad productiva del sector II. En cuyo caso indudablemente puede haber un atiborramiento de bienes de consumo antes que la acumulación se haya retardado en el conjunto de la economía. (*ibidem*, p. 200)

Por fim, Mandel enfrenta o argumento desses teóricos da superacumulação de que uma redução

do investimento corrente provocado por uma baixa da taxa média de lucro desencadeará uma crise antes mesmo do surgimento de superprodução de mercadorias. Sobre isso, ele nos diz que essa é uma possibilidade do processo das crises, contudo não é a única e tampouco a única coerente com as análises de Marx e dos dados empíricos e históricos dos ciclos industriais. Conclui elucidando que, sob o capitalismo, existe uma tendência dos investimentos individuais excederem-se em certas circunstâncias, mesmo depois que a taxa de lucro média tenha começado a declinar. Pois as decisões de investimento das personas do capital seriam função de duas variáveis: “las realizaciones de ganancias pasadas (es decir el plusvalor disponible para acumulación) y la esperanza de ganancias futuras”. (*ibidem*, p. 201) E sobre os lucros médios correntes, as empresas capitalistas não têm informações precisas, a não ser após a divulgação dos balanços contábeis das empresas por ações. Entretanto, as expectativas de lucro consideram sempre as tendências presentes da taxa de lucro, tendências do comportamento do mercado (formação de estoques, participação no mercado etc.). Por tudo isso, segundo Mandel, haveria uma tendência do investimento individual continuar aumentando mesmo após a taxa média de lucro ter começado a declinar.

Uma teoria marxista das crises econômicas do capitalismo, segundo Mandel (1985b, 1990), deve integrar as três teorias monocausais da crise. Tal

integração deve considerar a insistência de Marx no Livro III de *O capital* com a queda tendencial da taxa média de lucro e perceber a série sucessiva de formas que adquire, ao longo do tempo, o processo de acumulação do capital.

Para Mandel (1990, p.213), o encadeamento causal que incorpora “toda uma série de mediações indispensáveis que se situam, concomitantemente, na esfera da produção e na da circulação de mercadorias e [...] no domínio da concorrência e no da luta de classes” é o seguinte: no período de vitalidade médio da fase de prosperidade, ocorre com mais intensidade um aumento do progresso técnico, que leva à economia de força de trabalho e por consequência a elevação da composição orgânica do capital.<sup>11</sup> Esse aumento da composição orgânica não implicará uma redução imediata da taxa de lucro se três fatores estiverem atuando por um certo período (período que Mandel chama de “fase de ‘lua de mel’ do boom” (*ibidem*, p. 214):<sup>12</sup> a taxa de mais-valor ou de exploração for ascendente, os preços das matérias-primas forem baixos e existirem possibilidades de investimentos em ramos industriais ou países cuja composição orgânica seja inferior à dos ramos ou países mais desenvolvidos. Esses fatos impediriam a queda da taxa de lucro nessa fase do ciclo.

Mas, para Mandel, a continuidade da expansão esgotaria essas condições de existência da fase de “lua de mel”: a redução do exército

industrial de reserva, decorrente da continuidade da expansão, tornará “difícil aumentar a taxa de mais-valia [...] [pois] as relações de força no mercado de mão-de-obra se modificam em favor dos vendedores da força de trabalho, se esses estiverem bem organizados”. (*ibidem*) E como sabemos, o aumento da taxa de mais-valor pode contrabalançar o aumento da composição orgânica do capital e evitar a redução da taxa de lucro. A continuidade da expansão acarretaria, ainda, aumento dos preços das matérias-primas, que têm uma produção menos elástica que a produção industrial, o que pode levar à redução da taxa de lucro. Por fim, quanto mais longa e profunda a expansão, “mais raros se tornam os setores (ou países) onde os capitais produtivos podem encontrar condições estruturalmente mais baixas do que nos setores essenciais dos países industrializados dirigentes”. (*ibidem*)

Diante desse quadro, Mandel conclui que a taxa de lucro cai, o que acirra a concorrência intercapitalista pela apropriação do excedente econômico. Os capitalistas com maior produtividade, com maior poder de mercado, conseguirão manter por mais tempo as taxas de lucro médias obtidas na fase de “lua de mel”. A queda da taxa de lucro está indicando que, “com *relação ao conjunto do capital social*, a mais-valia total produzida não foi mais suficiente para manter a antiga taxa média de lucros” (*ibidem*), mas isso não significa que de imediato as indústrias e bancos mais importantes na economia terão redução da

sua taxa de lucro. Tal situação se manifesta da seguinte forma:

uma fração do capital *recentemente acumulado* não pode mais ser investida produtivamente nas condições de rentabilidade “normalmente esperada”; é cada vez mais retida para atividades especulativas, arriscadas, menos rentáveis. A massa absoluta de investimentos não retrocede em razão disso; pode até aumentar. O emprego e a massa salarial não retrocedem também; estão até em um nível bastante elevado, se não máximo. Mas os investimentos, o emprego e a produtividade (produção de mais-valia relativa) *não crescem mais em proporção suficiente* para sustentar por si próprios a expansão, que prossigue sem dar atenção ao que se passa do lado do “último consumidor”. A indústria não é mais “o melhor cliente da indústria”. (*ibidem*, p. 214-215)

Mandel entende que essa modificação da conjuntura é imperceptível, pois está encoberta pela continuidade do *boom*. Entretanto, dois fenômenos, segundo ele, vão concorrer para abalar, ainda mais, as bases da continuidade dessa situação de queda da taxa de lucro social sem redução imediata da taxa de lucro das grandes indústrias e bancos:

(1) “a queda da taxa média de lucros deve desencadear, nas condições de prosseguimento da expansão e de aprofundamento da especulação, o recurso incessantemente crescente ao crédito e portanto, o agravamento do endividamento das empresas”. (*ibidem*, p. 215) Esse recurso ao crédito e ao endividamento explica a resistência

das empresas em ajustar rapidamente preços e lucros (elas estão sofrendo uma redução violenta dos seus lucros, pois os encargos financeiros estão crescendo e os rendimentos brutos estão caindo), o que poderia reduzir os efeitos da queda da taxa de lucro e da mudança da conjuntura. “A expansão acelerada do crédito é praticamente inevitável, uma vez que os bancos se esforçam por evitar as bancarrotas em cadeia, que lhes causariam graves perdas”. (*ibidem*) Nesse contexto, segundo Mandel, passamos imperceptivelmente da prosperidade para a fase de superprodução ou de ativação excessiva (“do *boom* ao superaquecimento”), e esta passagem contribui para nublar, encobrir, as forças que preparam a crise de superprodução (“*crash*”).

(2) Durante o prosseguimento da expansão, entrando na fase de superprodução ou ativação excessiva, aparecem manifestações de capacidade de produção excedente. Isso porque “os dois fenômenos fundamentais da expansão em sua fase de ‘lua-de-mel’ – aumento da composição orgânica do capital e crescimento da mais-valia relativa (aumento da taxa de mais-valia) – [...] [levam] ao crescimento da *massa* de mercadorias produzidas”. (*ibidem*)

Pois, no modo de produção capitalista, a redução do valor unitário das mercadorias (bens de consumo e meios de produção) – que é um reflexo da extração de mais-valor relativo – só pode ocorrer com um aumento considerável da

massa total das mercadorias produzidas.<sup>13</sup> O que só acumula as condições para o surgimento da superprodução e para a deflagração da crise por um detonador conjuntural relevante.

Das contradições expostas acima, Mandel conclui que o aumento da composição orgânica do capital não é neutralizado pelo aumento da taxa de mais-valor devido à luta de classes. Daí a tendência à queda da taxa média social de lucro  $[l' = \frac{m'}{1+c/v}]$ .

A queda da taxa de lucro ocorre juntamente com a superprodução de capitais, ambos se determinam. Pois quanto maior a massa de capitais não aplicados, mais o crescimento da massa de mais-valor produzida se atrasa em relação à acumulação de capital; quanto mais cai a taxa de lucro, mais aumenta a “defasagem entre a taxa de lucro esperada e a realizada para um número crescente de empresas” (*ibidem*, p. 216), e aumenta a diferença entre seus encargos financeiros e os seus rendimentos reais. Assim, elas ficam muito mais vulneráveis aos incidentes (detonadores) que podem levar à falência. “‘Superabundância’ de capitais e ‘escassez’ de lucros coexistem, determinando-se uma à outra”. (*ibidem*)

Para Mandel (*ibidem*), a redução dos preços (“preços-ouro”) devido à redução geral das vendas é a condição para que os efeitos da queda da taxa de lucro sejam sentidos por todos os capitais, ou seja, é a condição para que haja retração

da produção de todos os setores. Na sequência de sua exposição, nosso autor argumenta que:

A crise de superprodução *amplifica*, por sua vez, a queda da taxa de lucros, que havia abaixado apesar do fato de que a *produção de mais-valor* estivesse em seu nível quase máximo. Com a redução do emprego e o surgimento do desemprego pleno e parcial, a massa total da mais-valor produzida se reduz até em relação ao nível alcançado na fase final do *boom* e durante o superaquecimento, e isso apesar de uma taxa de exploração dos trabalhadores ainda em elevação [...].<sup>14</sup> (*ibidem*)

Com isso relatamos o que Mandel aponta como as causas mais profundas das crises de superprodução, associando a queda da taxa de lucro e a superprodução, associando ambas a aspectos da esfera da produção, da circulação e à luta de classes.

Falta agora relatar como ele mostra a passagem para um novo ciclo industrial, um novo ciclo de acumulação de capital, e como ele responde às críticas de que uma teoria de ciclos econômicos (em particular uma teoria marxiana da crise e dos ciclos econômicos) é necessariamente mecanicista, pois não deixaria margem para a intervenção dos indivíduos, para a iniciativa individual. Além do que, tomaria os indivíduos como incapazes de aprender com sua própria experiência, dado que depois de duzentos e cinquenta anos de existência do modo de produção capitalista, eles continuam agindo de

forma a possibilitarem o surgimento de crises de superprodução.

Quanto à primeira observação, a passagem para um novo ciclo de acumulação ocorre assim que a desvalorização dos capitais e a destruição física de máquinas e equipamentos torne-se suficientemente ampla para reduzir o capital constante, quando houver grande desemprego de força de trabalho e “medidas de racionalização múltiplas” que permitam “relançar vigorosamente a taxa de exploração ou taxa de mais-valia”. Aí “[...] a queda da taxa de lucros será estancada, e [...] um novo ciclo de acumulação de capitais poderá deslançar”.<sup>15</sup> (*ibidem*)

Quanto à segunda observação, podemos responder por dois caminhos. Um seria o caminho trilhado pelo próprio Mandel (1977, 1990), que, valendo-se de uma argumentação simples, porém eficaz, aponta que nem sempre o que é melhor para o capitalista individual é o melhor para todo o sistema capitalista e vice-versa. Na conjuntura favorável, com mercado em expansão, todo capitalista individual aumenta seus investimentos na tentativa de obter uma maior parcela desse mercado em expansão. E com isso, em termos globais, ocorre um superinvestimento que vai levar a uma superacumulação (e superacumulação só pode ocorrer com superprodução de mercadorias e vice-versa) e a uma capacidade excedente. Quando a conjuntura muda, o mercado se retrai, quando há queda das vendas,

então a lógica do capitalista individual não é aumentar seus investimentos como forma de incentivar a conformação de uma nova conjuntura de expansão. Pelo contrário, o lógico para ele é tentar reduzir suas perdas promovidas pela queda das vendas e dos preços, para isso ele vai reduzir sua produção, o que em termos globais só produz a redução cumulativa do investimento, o que, por sua vez, levará a uma desvalorização e destruição em massa de capitais. Assim, Mandel (1990, p. 218) observa que:

A convicção ingênua dos liberais de que o “interesse geral” é perfeitamente servido se cada um perseguir o seu “interesse particular” revela-se especialmente ilusória nas viradas decisivas do ciclo – sem falar do fato de ela mascarar a oposição de interesses entre capitalistas e assalariados. *A propriedade privada é o obstáculo insuperável ao crescimento extensivo dos investimentos.* Assim sendo, constitui o obstáculo insuperável à desaparecimento do ciclo.

O segundo caminho para responder essas questões é lançado por Lukács (2012) em sua obra *Para uma ontologia do ser social*, que responde a partir de uma perspectiva filosófica a essas afirmações de determinismo, mecanicismo etc., em Marx. O que representa a possibilidade de uma eficaz integração entre esses dois autores (Mandel e Lukács) na explicação das crises econômicas, a despeito da conhecida distância política existente entre eles.

### 3. Considerações Finais

Não podemos deixar de apontar os pontos fracos da posição de Mandel acima exposta de forma resumida. Além da crítica formulada por Itoh da qual já tratamos, Mandel faz duas afirmações que suscitam dúvidas. Ele afirma que: “a partir de um certo momento da retomada ou da conjuntura de crescimento, há um aumento inevitável da composição orgânica do capital, em decorrência de um progresso técnico [...]”.<sup>16</sup> (Mandel, 1990, p. 213-214) As dúvidas são: que tipo de progresso técnico é esse que leva a um aumento da composição orgânica justamente no momento da retomada? Qual o tempo que se leva entre a introdução das inovações que permitem esse progresso técnico e o aumento da composição orgânica do capital? Esse aumento da composição orgânica do capital só se manifesta aí, nesse momento do ciclo? O que leva esse aumento justamente na fase de retomada ou da conjuntura de crescimento? Por que não se manifesta em outras fases do ciclo? E essa passagem é fundamental na explicação de Mandel. Ele inclusive inicia a descrição do encadernamento dos fatores que explicam as crises de superprodução por essa afirmativa. No entanto, tal afirmativa nos parece um tanto arbitraria.

O outro momento da argumentação de Mandel que suscita dúvidas é quando ele está apontando os fatores que minariam as condições da continuidade da “lua-de-mel do boom”. Ele diz que

quanto mais longa e profunda a expansão, “mais raros se tornam os setores (ou países) onde os capitais produtivos podem encontrar condições de composição orgânica do capital estruturalmente mais baixas do que nos setores essenciais dos países industrializados dirigentes”. (*ibidem*, p. 214) A dúvida é: por que se tornam mais raros esses setores ou países? Parece-nos que a única justificativa é que os capitais ao afluírem para os setores ou países com menor composição orgânica do capital elevam essa composição devido à introdução de progresso técnico, mas esses setores só deixariam de ter uma composição orgânica do capital estruturalmente mais baixa do que os setores essenciais dos países dirigentes, se não houvesse continuidade na introdução do progresso técnico nesses setores, ou seja, se aí não se elevasse a composição orgânica do capital. Mas isso não é o que tem demonstrado a história.

### Bibliografia

- ALTVATER, Elmar. “A Crise de 1929 e o debate marxista sobre a teoria da crise”. In: HOBBSAWM, Eric. (Org.). *História do marxismo*. Volume 8. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 79-133.
- CACHERDI, Guglielmo. *Frontiers of Political Economy*. 1. Ed. London: Verso: 1991.
- KLAGSBRUNN, Victor Hugo. *Comentários a respeito da teoria de Marx sobre as crises e o ciclo industrial e de algumas interpretações*. Mimeo. 1991, 28p.
- KONDER, Leandro. “Entrevista”. In: BÁRTHOLO JUNIOR, Roberto S. et al. (Orgs.). *Que crise é essa?* Volume 2. São Paulo: Brasiliense 1985, p. 99-111.

LUKÁCS, György. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2010.

LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social*. Volume I. São Paulo: Boitempo, 2012.

MANDEL, Ernest. *Tratado de economia marxista*. 7. Ed. 2 volumes. México: Era, 1977.

MANDEL, Ernest. *A formação do pensamento econômico de Karl Marx*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. 2. Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985a. (Coleção Os Economistas).

MANDEL, Ernest. *El capital: Cien años de controversias en torno a la obra de Karl Marx*. México: Siglo Veintiuno Editores, 1985b.

MANDEL, Ernest. *A crise do capital: Os fatos e sua interpretação marxista*. São Paulo: Ensaio, 1990.

MARX, Karl. *Teorias da mais-valia: História crítica do pensamento econômico*. Volume II. São Paulo: Difel, 1983.

MARX, Karl. *O capital: Crítica da Economia Política*. Livro III. Tomo I. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

SHAIKH, Anwar. "A crise econômica mundial: Causas e implicações". *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v.6, n. 1, p. 33-56, 1985.

## Notas

1 Vide Lukács (2010; 2012).

2 Já no Capítulo I do Livro I, Marx explica as formas relativas do valor e forma equivalente enquanto categorias que expressam a relação de troca ou o valor de troca das mercadorias envolvidas no processo. Assim, no exemplo do autor, 20 varas de linho = 1 casaco, as varas de linho se encontram na forma relativa do valor e o casaco na forma equivalente. As varas de linho expressam o seu valor no corpo físico do casaco.

3 É preciso ressaltar que Mandel (1975, 1977, 1980, 1985b, 1990) ao longo de vários textos parece confundir as categorias valor e valor de troca. Contudo, o uso que ele faz delas em seus estudos parece não ser prejudicado por tal equívoco teórico. A questão que fica é o motivo pelo qual um teórico com tal envergadura tenha se aferrado a

tal compreensão equivocada de categorias fundantes da análise do ser social. Apenas lembro que Marx, nos *Grundrisse*, comete o mesmo equívoco ao longo de todo o texto. A diferença é que Marx, nesse momento, está, de fato, descobrindo as especificidades dessas categorias, está construindo seu próprio entendimento sobre elas. Note que, em *Para a crítica da Economia Política*, tal equívoco não é desfeito e só em *O capital* a diferença entre valor e valor de troca torna-se cristalina e importante para a todo o desenvolvimento teórico posterior.

4 Vide a entrevista de Leandro Konder (1985) publicada no livro *Que crise é essa?*, organizado por Roberto S. Bártholo Jr. et. all.

5 Nas palavras de Marx: "[...] As crises são sempre apenas soluções momentâneas violentas das contradições existentes, irrupções violentas que restabelecem momentaneamente o equilíbrio perturbado". (Marx, 1986, p. 188) E ainda: "[A crise – PH] é a restauração violenta da unidade entre elementos guinados à independência e a afirmação violenta de independência de elementos que na essência formam uma unidade". (Marx, 1983, p. 949)

6 Segundo Altvater (1987, p. 89) "a teoria marxista é, em seu núcleo, uma teoria da crise". E, nesse entendimento, de que, em Marx, a crise é o momento decisivo do ciclo econômico, não compartilhamos da abordagem que trata a crise enquanto crise geral do capitalismo, como parece fazer Shaikh (1985).

7 Portanto, superprodução não é o mesmo que subconsumo, conforme parecem entender Shaikh (1983, p. 15) e Altvater (1987, p. 102). Se fosse o mesmo bastaria um aumento dos salários e teria fim a crise de subconsumo, vide Mandel (1985b, p. 196-198).

8 Itoh, Makoto. *Value and crisis: Essays on marxian economics in Japan*. London: Pluto Publishers, 1981.

9 Para Mandel é a ausência dessa explicação, desse "encaadeamento real entre a queda da taxa de lucro, a crise de superprodução e o desencadeamento da crise" (1990, p. 211), o grande ponto fraco do referido texto de Itoh.

10 Teoria das crises devido à superacumulação descreve a situação em que existe um grande volume excedente de capital na economia que ao ser investido não propiciará a taxa média de lucro esperada pelo capitalista, que só pode

oferecer uma taxa inferior a esperada. Altvater diferencia superacumulação absoluta e relativa e, quanto à relativa, diz que “ela se manifesta sempre que a rentabilidade do capital suplementar – ou seja, logo acumulado – não é mais suficiente para valorização média do capital, e o nível desta última, também pela concorrência recíproca dos capitais singulares, cai a tal ponto que a acumulação é bloqueada. O capital é, pois, superacumulado com relação a suas possibilidades de valorização, pelo que a tendência à superacumulação de capital representa unicamente o outro aspecto da queda tendencial da taxa de lucro”. (Altvater, 1987, p. 119)

11 Pois o progresso técnico sob a lógica do capital não é neutro, ele é fundamentalmente poupador de trabalho vivo, substituindo-o por trabalho morto incorporado nos meios de produção. O que não significa dizer que a tendência é a redução absoluta do trabalho vivo, ele cresce tendencialmente mas a taxas inferiores ao crescimento do trabalho morto, logo ocorre uma diminuição relativa

12 A fase do ciclo que Marx e Engels chamam de estagnação ou distensão Mandel chama de depressão. A fase do ciclo que Marx e Engels chamam de prosperidade Mandel parece chamar de virada até a recuperação, recuperação ou reanimação. E a fase que Marx e Engels chamam de superprodução ou ativação excessiva (e que antecede as crises de superprodução) Mandel parece chamar de superaquecimento ou auge e prosperidade ou alta conjuntura ou sobreaquecimento ou *boom*.

13 Em defesa dessa posição, vide os exemplos expostos por Shaikh (1985, p. 34-37) e por Cachardi (1991, p. 161-163), além da argumentação de Marx – Mandel (1990) cita uma passagem dos *Grundrisse* a respeito, vide nota 175, p. 215.

14 Sobre esse assunto Shaikh (1983, p. 36) diz: “Como vimos [...], a própria explicação de Marx sobre a queda da taxa de lucro está baseada num aumento da taxa de mais-valia. ‘A taxa de lucro cai, não porque o trabalho se torna menos produtivo, mas porque se torna mais produtivo. Não porque o trabalhador é menos explorado, mas porque é mais explorado [...]’”.

15 Mandel parece ver a crise como o momento que põe as condições para sua superação. Em seu *Tratado de Economia marxista* ele descreve isso: “[Nas crises e depressões] La caída de los precios significa que la producción sólo sigue siendo rentable para aquellas empresas que trabajan en las

condiciones de productividad más favorables. Las empresas que realizaron antes ganancias adicionales se contentan ahora con realizar la ganancia media. De hecho, se establece así un nuevo nivel de ganancia media correspondiente a la nueva composición orgánica del capital. Pero al mismo tiempo, la crisis, por la bancarrota y el cierre de numerosas fábricas, significa la destrucción de una masa de máquinas, de capitales fijos. A causa de la caída de precios, los capitales se desvalorizan también como valores de cambio. El valor total del capital social se reduce. El volumen inferior de capitales que resulta de esta destrucción se valorizará más fácilmente. Se colocará en condiciones tales que permitan, en el momento de la recuperación económica, una elevación de la tasa media de ganancia”. (Mandel, 1977, v. I, p. 325)

16 É preciso registrar a observação de Mandel (1977, v. I, p. 329-330) contida no “Tratado de Economia Marxista” sobre essa questão: “[Na recuperação econômica] La expansión de la producción, que el lenta al principio, mantiene la demanda de capitales-dinero a un nivel inferior a la oferta, lo que implica una tasa de interés muy baja. La coincidencia de una tasa de interés baja con una tasa de ganancia en alza determina una tasa creciente de ganancia de empresario, lo que explica también una tendencia general en los empresarios a renovar su capital fijo y a invertir en este momento del ciclo una fracción creciente de sus ganancias”. Confirmando essa posição, Mandel faz a seguinte citação [nota 38] na sequência de sua exposição: “Por su naturaleza, la inversión en nuevo equipo no podía emprenderse en pequeñas cantidades. Suponiendo que la tasa de crecimiento de la producción fuera constante, una empresa individual no podía incrementar su equipo fijo según la misma tasa de crecimiento, y si los datos de que disponemos son dignos de confianza – para la primera mitad del siglo XIX en Gran Bretaña – resultaría que el aumento de la capacidad, necesaria para asegurar el volumen incrementado de la producción, ha tenido tendencia a efectuarse sobre todo durante algunos años de cada decenio”. (Gayer, Rostov y Schwartz: *The growth and fluctuation of the British economy – 1790/1850 apud* Mandel, 1977, p. 330, n. 38)